

RECURSO ESPECIAL Nº 1.382.141 - SC (2013/0132982-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : ARLIZ INDÚSTRIA DE MADEIRAS LTDA
ADVOGADO : NICÁCIO GONÇALVES FILHO - SC011095
RECORRIDO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : MATILDE DUARTE GONÇALVES E OUTRO(S) - SP048519
MILTON BACCIN - SC005113
GISALDO DO NASCIMENTO PEREIRA - DF008971
DEBORA CRISTINA NUNES VIEIRA SCHUCH - SC015825
ADVOGADOS : PAULA DE PAIVA SANTOS - DF027275
RENATA STEINBACH E OUTRO(S) - SC027949
MARCUS THARSUS CORREA GHIOTTO E OUTRO(S) - SP309122
IAN DOS SANTOS OLIVEIRA MILHOMEM - DF045993
ALINE ELIAS LASNEAUX DINIZ REIS - DF041568

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos em face da decisão monocrática de fls.557/562, que conheceu em parte do recurso especial para, nessa extensão, dar parcial provimento, sob os seguintes fundamentos:

(i) Descabimento de recurso especial quanto à ofensa de norma constitucional;

(ii) Ausência de interesse recursal quanto ao art. 4º da Lei n.º 8.177/91;

(iii) Ausência de violação do art. 535 do CPC/73;

(iv) Incidência do Repetitivo n.º 25 em relação aos arts. 166, 406 e 591 do CC/02; do art. 1.062 do CC/1916; do art. 161, §1º, do CTN; dos arts. 4º, 6º, 22, e 51, inciso IV, do CDC; do art. 1º do Decreto n. 22.626/33; dos arts. 3º, 9º, 12 e 22 do Decreto n. 2.181/97; do art. 4º da Lei n. 1.521/51;

(v) Quanto ao art. 121 do CC/02, consonância do v. acórdão estadual com o entendimento deste Sodalício - Súmulas n. 30 e 296 do STJ - e aplicação do Repetitivo n. 28 do STJ;

(vi) Divergência jurisprudencial não comprovada; e

(vii) Provimento quanto ao art. 538 do CPC/73 para afastar a multa dos embargos de declaração.

Em suas razões, a parte embargante afirma, em síntese, que "*Claro está o*

prequestionamento de todas as matérias por parte do ora Embargante, em todos os graus de jurisdição, a fim de que não houve, em Recurso Especial, a alegação de ausência de prequestionamento das matérias" (fl. 566, transcrição adaptada).

Ressalta-se que "(...) não podemos concordar com tal decisão, quando transcreve que o acórdão estadual objurgado “está em consonância com a jurisprudência deste Sodalício”, pois conforme ficou corroborado no Recurso Especial, existe posicionamento diverso no STJ como em outros tribunais" (fl. 568).

Afirma-se que "(...) não pode o d. Ministro admitir apenas em parte o Recurso Especial, pois, restou comprovado que a orientação do tribunal não se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida, devendo para tanto ser admitido e provido o Recurso" (fl. 578).

Devidamente intimada, a parte embargada apresentou impugnação às fls. 582/592.

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissíveis para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

É de bom alvitre ressaltar que o art. 1.023 do novo *Codex* exige que conste na petição de embargos declaratórios a "*indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão*", sem a qual, repita-se, torna inviável o acolhimento da pretensão recursal.

No presente caso, o embargante não apontou de forma clara qual seria o vício previsto no art. 1.022 do CPC/2015 que porventura contenha a decisão (fls. 557/562) embargada, pois limitou-se a apresentar apenas as teses contidas no recurso especial. No entanto, tais argumentos não se prestam a abrir a discussão quanto a eventual vício contido na decisão embargada.

Nesse cenário, tem-se que os presentes embargos declaratórios não se fundamentam na eventual existência dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015, ficando

evidente que o propósito do embargante em rediscutir o julgamento da decisão embargada, o que é defeso por meio da via processual escolhida, desautorizando, deste modo, o acolhimento da pretensão embutida nos aclaratórios.

Nessa senda, a jurisprudência desta eg. Corte é firme no sentido de que, tendo em vista a finalidade jurídica a que se destina o presente recurso, a falta de indicação clara de vício previsto no art. 1.022 do CPC/2015 inviabiliza a compreensão da controvérsia a ser sanada nos embargos de declaração, motivo pelo qual fica caracterizada a deficiência na fundamentação recursal, atraindo, por analogia, o teor da Súmula 284/STF.

Nessa linha de intelecção, destacam-se os seguintes julgados:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC DE 2015. FALTA DE INDICAÇÃO.

1. Depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil, que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida.

2. A falta de indicação de uma das hipóteses autorizadoras dos embargos de declaração nas suas razões impossibilita o seu conhecimento, ante o descumprimento do dever legal da parte (art. 1.023 do CPC).'

3. Embargos de declaração não conhecidos."

(EDcl no AgInt no AREsp 1020808/PE, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 20/06/2017 - g.n.)

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/15. FUNDAMENTAÇÃO GENÉRICA.

1. Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 1.022, do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração destinam-se apenas a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou sanar erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido.

2. A jurisprudência do STJ é no sentido de que não preenche os requisitos de admissibilidade a petição dos embargos de declaração que não indica nenhum dos vícios elencados no art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), ou que traz fundamentação genérica sobre a existência de omissão quanto aos normativos indicados na peça recursal, atraindo

Superior Tribunal de Justiça

o óbice da Súmula 284 do STF.

3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS."

(EDcl no AgInt no AgRg no AREsp 726.513/SP, Rel. **Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 19/10/2017 - g.n.)

Nesse panorama, infere-se que o presente recurso não deve ser conhecido.

Ante o exposto, não conheço dos embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator